



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0052161-91.2021.8.06.0071**  
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Comum Cível**  
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Antonio Arnaldo de Souza Filho,**

Requerido: **Procuradoria Geral do Município de Crato e outro**

**Vistos, etc...**

Trata-se de **Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência** ajuizada por **Antonio Arnaldo de Souza Filho** em face do **Município do Crato e Estado do Ceará**, mediante as razões lançadas na exordial de fls. 01/16.

Alega, em síntese, que é portador de **Hipoparatiroidismo** (CID E20) e necessita, com urgência, realizar tratamento com o medicamento **Calcitriol (Sigmatriol) 0,25MG (01 CP 8/8H – 90 CP/MÊS) de modo contínuo**. Acrescenta que o medicamento é imprescindível pois sofre risco de hipocalcemia grave.

Aduz não ter condição financeira de adquirir a medicação que tem o valor mensal de R\$ 197,84 (Cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos) e que buscou, sem êxito, o auxílio dos promovidos, pelo que requereu a concessão de tutela de urgência determinando que os réus forneçam a medicação, sob pena de multa e sequestro de verba pública. Ao final, requereu a procedência final do pedido.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 17/35.

Deferida a gratuidade judiciária e a tutela de urgência(fls. 36/37).

Os réus foram regularmente citados e intimados acerca da tutela deferida(fls. 99/104).

O Município do Crato informou que o medicamento foi disponibilizado ao autor (fls. 55).

Decretada a revelia dos promovidos(fls. 116)

O Ministério Público opinou pela procedência do pedido(fls. 63/69).

**É o Relatório.**  
**Decido.**

Inicialmente, destaco que o feito prescinde da realização de audiência de



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

instrução, pois a prova produzida é suficiente para julgamento, em atenção ao princípio do razoável tempo do processo positivado no art. 5º, inciso LVIII, da CF, e na forma do art. 355, inciso I, do NCPC.

No caso concreto, o autor reclama o medicamento **Calcitriol (Sigmatriol) 0,25MG (01 CP 8/8H – 90 CP/MÊS)**, alegando ser portador de **Hipoparatiroidismo** (CID E20) e necessita, com urgência, realizar tratamento com o medicamento para evitar o agravamento do seu quadro clínico.

Informa, ainda, que o medicamento reclamado se encontra na lista de protocolo do SUS, possuindo registro na Anvisa (fls. 03).

Neste contexto, importa destacar que o Superior Tribunal de Justiça já definiu, por ocasião do julgamento do REsp nº 1657156/RJ, **que em casos excepcionais o Poder Público pode ser obrigado a fornecer medicamentos não constantes da lista do SUS**, desde que apresentado laudo médico circunstanciado atestando a imprescindibilidade ou necessidade do medicamento e a ineficácia do tratamento com drogas oferecidas pelo SUS, acompanhados da prova da incapacidade financeira do requerente e desde que o medicamento seja registrado na ANVISA, senão vejamos:

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TEMA 106. JULGAMENTO SOB O RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO CONSTANTES DOS ATOS NORMATIVOS DO SUS. POSSIBILIDADE. CARÁTER EXCEPCIONAL. REQUISITOS CUMULATIVOS PARA O FORNECIMENTO.** 1. (...) 3. Tese afetada: Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106). Trata-se, portanto, exclusivamente do fornecimento de medicamento, previsto no inciso I do art. 19-M da Lei n. 8.080/1990, não se analisando os casos de outras alternativas terapêuticas. 4. TESE PARA FINS DO ART. 1.036 DO CPC/2015 A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento. 5. Recurso especial do Estado do Rio de Janeiro não provido. Acórdão submetido à sistemática do art. 1.036 do CPC/2015. (STJ - REsp: 1657156 RJ 2017/0025629-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Julgamento: 25/04/2018, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Publicação: DJe 04/05/2018)

Destarte, considerando que o autor apresentou prova suficiente da imprescindibilidade do medicamento e que os promovidos sequer contestaram o pedido, inclusive, o Município do Crato informou a disponibilização do medicamento, resta evidenciado a imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, a inexistência de outro tratamento disponibilizado pelo SUS e a incapacidade financeira do requerente para aquisição do fármaco, devendo prevalecer o direito constitucional à saúde e a obrigação solidária dos entes públicos na garantia deste direito, conforme pacificada jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DIREITO À**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

**SAÚDE. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. MEDICAMENTO. FORNECIMENTO PELO MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE. DIREITO À SAÚDE. EXTENSÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.** 1. Quanto a preliminar de ilegitimidade passiva do Município, registre-se que os três entes federativos (União, Estado e Municípios) possuem responsabilidade solidária para fornecer medicamentos/suplementos aos cidadãos carentes que deles necessitem (art. 196, CF/88), consoante jurisprudência consolidada no STF (RE 855178/PE, Rel. Min. Luiz Fux, submetido a sistemática da Repercussão Geral). Preliminar rejeitada. 2. (...).(TJ-PE - APL: 5137860 PE, Relator: Demócrito Ramos Reinaldo Filho, Data de Julgamento: 21/02/2019, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação: 26/02/2019)

Inobstante o entendimento acima expressado acerca da responsabilidade solidária dos entes federativos, é sabido que o magistrado pode deferir medida liminar ou definitiva direcionando o cumprimento da obrigação a um determinado ente público, de acordo com as regras administrativas de competências, conforme Enunciado nº 60, da II Jornada de Direito da Saúde do CNJ, senão vejamos:

***Enunciado 60 – Saúde Pública - A responsabilidade solidária dos entes da Federação não impede que o Juízo, ao deferir medida liminar ou definitiva, direcione inicialmente o seu cumprimento a um determinado ente, conforme as regras administrativas de repartição de competências, sem prejuízo do redirecionamento em caso de descumprimento.***

Entretanto, este direcionamento não importa em divisão de responsabilidade dos entes federativos, pois, compete ao Poder Público como um todo o atendimento integral das questões relacionadas à saúde, motivo pelo qual é imperiosa a manutenção da obrigação solidária dos entes públicos.

Vale destacar que o medicamento reclamado compõe o elenco de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, do município, razão pela qual nada impede que a obrigação do fornecimento seja direcionada para o Município do Crato, até mesmo em razão do ente já está fornecendo, sem retirar do Estado do Ceará a sua responsabilidade solidária em caso de descumprimento.

É importante salientar que o medicamento deve ser indicado pelo seu princípio ativo, tendo em vista que o cumprimento de determinação judicial de fornecimento deve respeitar a Denominação Comum Brasileira – DCB, na forma da Lei Federal nº 9.787/99:

**Art. 3º.** As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional.

**§ 2º.** Nas aquisições de medicamentos a que se refere o caput deste artigo, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.

Aliás, a definição do medicamento pelo princípio farmacológico permite que o



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

Poder Público faça aquisições por valor menor, independentemente do nome que os laboratórios atribuam à droga, desde que, obviamente, não represente prejuízo ao paciente, devendo ser respeitada a dosagem prescrita e o seu princípio ativo.

Neste sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. LAUDO COM PRINCÍPIO ATIVO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO ATIVO.** Correta a exigência de indicação pelo médico do princípio ativo do medicamento postulado na inicial, pois o cumprimento de determinação de fornecimento deve considerar a Denominação Comum Brasileira, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 9.787/99, desde que seja mantida a dosagem prescrita e contenha as substâncias que compõem o seu princípio ativo.(...).(Processo: AI 70050174945 RS Relator(a): Almir Porto da Rocha Filho Julgamento: 26/07/2012 Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 07/08/2012)

Dessa forma, entendo cabível a substituição do medicamento por genérico, se houver, mormente visando evitar os gastos excessivos do poder público na aquisição do produto, mas observando-se o direito à saúde do paciente, porquanto se trata de bem jurídico de maior relevância.

**Isto posto** e o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido autoral, ratificando a antecipação de tutela de fls. 36/37, condenando os promovidos na obrigação de *fornecer ao requerente o medicamento Calcitriol (Sigmatriol) 0,25MG (01 CP 8/8H – 90 CP/MÊS) de modo contínuo*, mediante prescrição médica atualizada, *devendo o seu cumprimento ficar, inicialmente, a cargo do Município do Crato, sem prejuízo do redirecionamento para o Estado do Ceará, em caso de descumprimento* por conseguinte, **EXTINGO O PROCESSO**, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas.

Deixo de condenar o Estado do Ceará no pagamento de honorários advocatícios, considerando o disposto na Súmula 421, do STJ.

Condeno o Município do Crato no pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais), considerando que esta verba honorária não tem caráter alimentar, pois destinada ao Fundo de Reaparelhamento da Defensoria Pública (FADEP).

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P. R. I. C.

Crato/CE, 09 de fevereiro de 2022.

**Jose Batista de Andrade**  
**Juiz de Direito**